



## SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

### DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

www.dace.sp.gov.br - Rua Boa Vista 175 - 1º andar - Tel. 3293-8557 - CEP 01014-001 - São Paulo - SP

#### PORTARIA DAEE Nº 519, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto nº 63.262 de 09/03/18 e da Portaria DAEE nº 1.630 de 30/05/17 retificada em 24/06/2020, e tendo em vista as declarações e informações constantes do(s) requerimento(s) e parecer técnico, contido(s) no Processo DAEE nº 9304327.

#### D E T E R M I N A

Artigo 1º - Fica outorgada, em nome de PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA, CPF/CNPJ nº 48.664.304/0001-80, a autorização administrativa para a(s) interferência(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de combate a inundações e outros, no município de Guariba, conforme abaixo identificado:

Nº do requerimento Uso/Interferência	Corpo Hídrico	Coordenadas Geográficas		Vazão (m³/h)	Uso Diário Máximo		Dias/Mês	Prazo (meses)
		Latitude S	Longitude O		Volume (m³)	Horas/Dia		
20210034313-51I Canalização - Seção retangular, revestida em concreto, de 2,50 x 2,50 (b x h), mais 0,50 m de borda livre em talude gramado	Córrego Jordão	21°21'39.650"	48°13'19.720"	-	-	-	-	360

§1º - Submeter a documentação visando a regularização da travessia existente no final do trecho que será canalizado, tendo em vista que sua seção deverá ser readequada, visando não provocar o estrangulamento no escoamento das vazões máximas naquele ponto em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação deste ato.

§2º - Apresentar relatório fotográfico comprovando a execução da obra, conforme o projeto apresentado ao DAEE em um prazo de 12 (doze) meses a contar da publicação deste ato.

Artigo 2º - A presente outorga poderá ser revogada, ou ter suas condições alteradas, a critério do DAEE, nos casos previstos nos artigos 24, 28 e 30 da Portaria DAEE nº 1.630/17, ou a pedido da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.

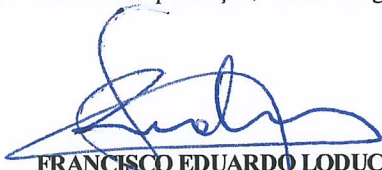
Artigo 3º - Esta outorga não isenta o usuário do cumprimento das legislações federal, estadual e municipal, afetas à matéria.

Artigo 4º - No caso de desistência do(s) uso(s) ou interferência(s) o usuário fica autorizado a proceder à(s) desativação(ões) nos termos da Portaria DAEE nº 1.630/17, e comunicá-la ao DAEE, atendendo aos procedimentos do item 10. da IT-DPO nº 09.

Artigo 5º - O(s) uso(s) e interferência(s) objeto(s) desta Portaria será(ão) cadastrado(s) em banco(s) de dados específico(s) do DAEE.

Artigo 6º - O(s) uso(s) e interferência(s) constante(s) deste ato está(ão) sujeito(s) à fiscalização deste órgão, segundo a Portaria DAEE nº 4.905, de 09/09/19 e suas atualizações, ou a que a suceder, conforme preveem a Lei nº 7.663, de 30/12/91, o Decreto Federal nº 24.643, de 10/07/34 - "Código de Águas".

Artigo 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

  
**FRANCISCO EDUARDO LODUCCA**  
Superintendente

Publicado no DOE de 03/02/2022

NELSON MASSAKASU NASHIRO  
Assessor Técnico Chefe  
Pront.º nº 7956